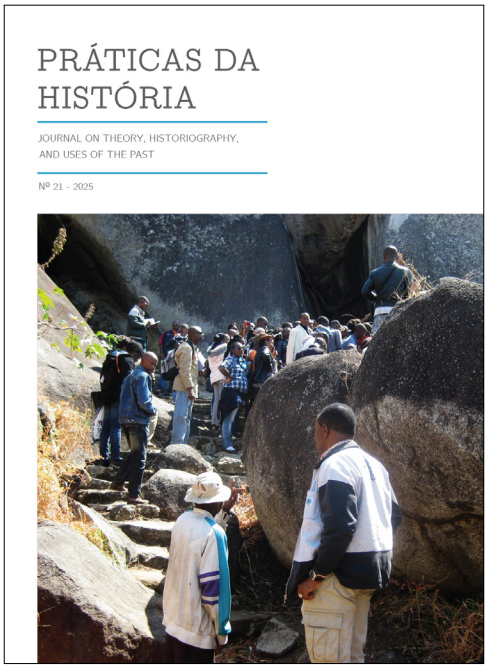


O poder da voz: para uma etnografia de reparação do passado colonial guineense

Ana Temudo

Práticas da História, n.º 21 (2025): 145-169

www.praticasdahistoria.pt

This journal is funded by National funds through FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., under the projects UID/HIS/04666/2013, UID/HIS/04666/2019, UIDB/04666/2020 (https://doi.org/10.54499/UIDB/04666/2020), UIDP/04666/2020 (https://doi.org/10.54499/UIDP/04666/2020), UID/4666/2025 (https://doi.org/10.54499/UID/04666/2025), UIDB/04209/2020, UIDP/04209/2020, UID/4209/2025 (https://doi.org/10.54499/UID/04209/2025) and LA/P/0132/2020 (DOI: https://doi.org/10.54499/LA/P/0132/2020)

Práticas da História, n.º 21 (2025): 145-169

Ana Temudo

O poder da voz: para uma etnografia de reparação do passado colonial guineense

A devolução do património cultural aos países de origem é um tema debatido globalmente, incluindo na relação entre Portugal e as suas ex-colónias. Este artigo apresenta resultados de um trabalho de campo etnomuseológico na Guiné-Bissau, realizado ao longo de quatro anos, para entender a relação do povo guineense com o seu património cultural. Centrada nas vozes dos guineenses, a pesquisa propõe a reparação como gesto político, baseada em apoio financeiro e capacitação de recursos humanos. Analisa-se a história das coleções museológicas recolhidas por portugueses durante o período colonial, recorrendo à etnografia para desafiar a narrativa ocidental dominante. Apesar da importância da restituição material, a sociedade guineense não a considera prioridade imediata — muitos defendem a criação prévia de condições, como museus e formação especializada. O artigo não apresenta soluções, mas perspetivas de análise sobre como o passado colonial é vivido quotidianamente na Guiné-Bissau.
Palavras-chave: património cultural, Guiné-Bissau, colonialismo, vozes.

The power of the voice: towards an ethnography of repairing Guinea's colonial past

The restitution of cultural heritage to countries of origin is a globally debated issue, including in Portugal's relationship with its former colonies. This article presents results of four years of ethnomusicological fieldwork in Guinea-Bissau, examining the relationship of the Guinean people with their cultural heritage. Focused on Guinean voices, the research proposes reparation as a political gesture rooted in financial support and human resource training. The study examines museum collections gathered by the Portuguese during the colonial period, amplifying local voices through ethnographic methods to challenge dominant Western narratives. Despite the importance of material restitution, Guinean society does not view it as an immediate priority — many argue for first establishing conditions such as museums and specialized training. The article offers no solutions, but rather perspectives on how the colonial past is experienced daily in Guinea-Bissau.
Keywords: cultural heritage, Guinea-Bissau, colonialism, voices.

O poder da voz: para uma etnografia de reparação do passado colonial guineense

Ana Temudo*

Introdução: uma abordagem ao estudo do património cultural da Guiné-Bissau

Este artigo procura contribuir para delinear uma estratégia de abordagem ao estudo das coleções coloniais em Portugal, bem como questionar o retorno dos bens culturais aos seus países de origem centrando-se no estudo e problematização de coleções museológicas provenientes da Guiné-Bissau. Insere-se no campo dos Estudos de Património e expõe uma metodologia concebida no âmbito do desenvolvimento de uma tese de doutoramento nesta área e adaptada a especificidades relacionadas com o contexto de pesquisa. Esta investigação procurou promover a inclusão e o diálogo entre Portugal e a Guiné-Bissau, reconhecendo a necessidade de trabalhar em conjunto na documentação da história das instituições museológicas de ambos os países e suas respetivas coleções de objetos, na formação e sensibilização dos profissionais e na criação de condições físicas para o regresso do património cultural à Guiné-Bissau. Com a ambição de colocar a Guiné-Bissau no centro da discussão e antecipando a necessidade de estudar as suas coleções com o objetivo de reparar ou restaurar o seu passado colonial, foi privilegiada a recolha de dados empíricos. A opção por uma abordagem *bottom-up* visou

* Ana Temudo (anatglima@gmail.com). https://orcid.org/0000-0002-2463-3975. Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa / IN2PAST e Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal. Artigo original: 14-01-2025; Artigo revisto: 13-01-2026; Aceite para publicação: 20-01-2026.

construir uma narrativa baseada nas vozes de dois grupos da sociedade civil (estudantes universitários e trabalhadores do sector cultural) que ajudasse a quebrar ideias cristalizadas construídas ao longo de décadas sobre a Guiné-Bissau, a sua história, as suas práticas e objetos culturais.

Se, por um lado, o objetivo foi traçar o caminho percorrido pelos objetos, reconstruindo o seu "passado colonial" e registando o valor que lhes foi atribuído na época, por outro lado, foi compreender a importância que têm atualmente na Guiné-Bissau e para as comunidades guineenses da diáspora em Portugal. Inseridos neste movimento de deslocação, os objetos (tal como as comunidades) são sujeitos a um processo que resulta na sua resignificação. Expostas ao fenómeno da globalização, as comunidades são o resultado de múltiplas influências; valorizam objetos que exacerbam o seu sentimento de pertença e identidade e que, muitas vezes, não correspondem àqueles a que é atribuído maior valor económico ou patrimonial no mercado ocidental. Para fazer o levantamento desta realidade, foram inquiridos grupos de cidadãos guineenses na Guiné-Bissau (e também na diáspora em Portugal), analisando-se que tipo de significados atribuem hoje à sua herança colonial. Os cidadãos foram também questionados quanto ao seu posicionamento face à restituição dos bens ao seu país e à presença do seu património cultural nos museus do Ocidente.

A abordagem *bottom-up* serviu para privilegiar a sensibilidade da sociedade civil e documentar as micronarrativas ou narrativas marginais informadas pela comunidade. Desta forma, o objetivo foi encontrar uma alternativa ao discurso oficial sobre o colonialismo português tendo como referência o contexto da Guiné-Bissau. Metodologicamente, o trabalho iniciou-se com a consulta e recolha de fontes primárias em instituições de memória (museus, arquivos e bibliotecas) para reunir o material existente e reconstruir as histórias institucionais. De seguida, os dados recolhidos nas fontes arquivísticas e nas entrevistas foram cruzados. Foram realizadas entrevistas a agentes culturais em Portugal e na Guiné-Bissau, organizados grupos de discussão e distribuídos questionários a estudantes universitários da Guiné-Bissau, com o objetivo

de compreender a teia de relações coloniais e pós-coloniais que existiu (e existe) entre os países e o valor atribuído aos objetos guineenses nos diferentes contextos.

As principais questões de investigação foram mantidas desde o início do projeto, sendo elas: (1) como foram interpretados e utilizados os objetos da colónia na metrópole?; (2) que representações culturais e memórias eles encarnam hoje para diferentes públicos?; (3) que tipo de diálogos podem abrir entre comunidades transnacionais, incluindo guineenses residentes na Guiné-Bissau e na diáspora?

Ao trazer a etnografia para o campo dos estudos museológicos e patrimoniais, explorei novas formas de documentar a história e as suas narrativas. Reconheço que, num assunto tão vasto como a herança colonial portuguesa, existem múltiplas perspetivas possíveis. Admito ainda a existência de uma pluralidade de vozes e visões e, por isso, optei por uma abordagem transdisciplinar com o objetivo de questionar as narrativas consolidadas pelos Estados-nação e evocar vozes de diferentes sectores da sociedade civil. Pretendi, com isso, reconstruir narrativas associadas ao passado, questionar o presente e projetar o futuro do contexto cultural e patrimonial da Guiné-Bissau. O estudo procurou compreender os objetos culturais na Guiné-Bissau como entidades deslocadas, que, numa condição de transnacionalidade, são mediadas por relações de sociabilidade e suscetíveis de mudança. Analisou o valor atribuído ao património cultural de acordo com diferentes temporalidades e perspetivas, questionando até que ponto o trauma vivido durante o período colonial poderá ter ditado a condição de deslocação destes objetos e comunidades. Para sustentar o conceito de transnacionalidade no campo do património adotei a definição de património transnacional cunhada por Merina Bruncevic em 2022,[1] que se alinha com a perspetiva de análise que esta investigação pretendeu adotar. Bruncevic define património transnacional como património que fisicamente existe em diferentes fronteiras nacionais ou aquele que se move de um país para o outro. Mais ainda, o termo pode, segundo

1 Merina Bruncevic, *Regulating Transnational Heritage: Memory, Identity and Diversity* (Nova Iorque: Routledge, 2022).

a autora, ser aplicado a expressões culturais criadas por comunidades em exílio ou na diáspora.

A metodologia utilizada é de natureza transdisciplinar e baseou a construção narrativa na relação entre a investigação histórica e a etnográfica num processo baseado na reflexividade.[2] Procurou ainda responder a outras duas questões, sendo elas: qual o papel destes objetos nos museus ocidentais e qual o seu papel na sociedade africana contemporânea (no caso específico da Guiné-Bissau). Como tal, foi importante começar por refletir sobre a forma como cada Estado-nação cria e consome o seu património. Os Estados pós-coloniais enfrentam um fardo único ao terem de lidar com um património moldado pelo seu passado. Este passado inclui tanto a história do colonizador como as diversas histórias dos grupos étnicos que agora constituem uma nova nação. No continente africano, nomeadamente na Guiné-Bissau, a representação do passado acontece através de processos de memorialização e patrimonialização que ainda refletem modelos ocidentais, moldando as narrativas históricas através de uma lente predominantemente eurocêntrica. As relações coloniais revelam assimetrias de poder que permitiram que as coleções fossem criadas e movimentadas entre geografias.[3] Deste modo, em muitos Estados do Sul Global, partes significativas do património foram removidas e transferidas para antigas metrópoles em diferentes momentos da história. Esta realidade levanta questões complexas sobre a reparação colonial e a forma como esta deve ser efetuada.

Esta investigação procurou confrontar a visão ocidental do património cultural com a visão africana através da realidade vivida na Guiné-Bissau. Tratou-se de compreender o valor atribuído ao património da Guiné-Bissau pelos portugueses, mas sobretudo pelos seus cidadãos que vivem na diáspora e no país. Assim como de debater a importância do património cultural pelos que ficam e pelos que saem

2 Charlotte Aull Davies, *Reflexive Ethnography: A Guide to Researchinh Selves and Others* (Londres: Routledge, 2007).

3 Sharon Macdonald, Henrietta Lidchi e Margareta Oswald, "Special Section: Engaging Anthropological Legacies. Introduction: Engaging Anthropological Legacies towards Cosmo-optimistic Futures?", *Museum Worlds* 13, n.º 1 (2017): 95-107, https://doi.org/10.3167/armw.2017.050110.

da Guiné-Bissau, questionando as representações culturais que melhor transmitem os valores do passado, representam o presente e projetam o futuro do país. Este estudo promoveu a criação de alianças e apelou à memória e à participação ativa dos guineenses. Retratou as "paisagens da memória"[4] da vida cultural da Guiné-Bissau, desde o passado colonial até à atualidade, destacando as transformações ocorridas.

Contextualização: problematizar o lugar do património etnográfico no Ocidente

O meu primeiro contacto com o património cultural da Guiné-Bissau deu-se entre 2014 e 2017, no âmbito do projeto de voluntariado com o Museu Nacional Etnográfico da Guiné-Bissau. Assim que este terminou em 2018, decidi contactar vários museus nacionais portugueses – detentores de património etnográfico – que sabia deterem património colonial deste país. No mesmo ano, foi lançado o relatório apoiado pelo governo francês que defende o estabelecimento de acordos diplomáticos bilaterais com governos africanos para facilitar a devolução de artefactos culturais importantes, com base em propostas de peritos africanos com vista a restituir o património cultural aos antigos países colonizados.[5] Seguiu-se uma série de outros relatórios e projetos de investigação museológica em países como Inglaterra, Holanda, Alemanha e Bélgica, que se centraram na promoção de estudos de proveniência de coleções coloniais com o mesmo objetivo de devolver o património aos países de origem.[6] Comecei então a interrogar-me sobre como poderia ser feito um projeto semelhante em Portugal, que abordasse os estudos de proveniência ajudando a definir um conjunto de políticas públicas para a restituição do património cultural às ex-colónias portuguesas.

O contexto português, no que diz respeito aos arquivos e coleções coloniais, é semelhante – tanto quanto me foi possível perceber ao visitar

4 Paul Basu e Wayne Modest, *Museums, Heritage and International Development* (Nova Iorque: Routledge, 2015).

5 Felwine Sarr e Bénédicte Savoy. *The Restitution of African Cultural Heritage. Towards a New Relational Ethics* (Paris: Ministère de la Culture, 2018)

6 Durante a investigação tive a oportunidade de entrevistar curadores destes países que revelaram indicações sobre a investigação levada a cabo pelas suas instituições.

vários museus europeus – ao que se passa atualmente um pouco por todo o Ocidente. Os estudos de proveniência são dificultados pelo facto de os materiais se encontrarem dispersos por diferentes instituições, o que torna a reconstrução da história das coleções uma tarefa morosa, difícil e nem sempre possível. Esta realidade ressaltou a importância de auscultar a opinião dos cidadãos guineenses no país e na diáspora no âmbito deste estudo, reconhecendo que os seus testemunhos serviriam para eliminar dúvidas e colmatar lacunas encontradas durante o processo. Desta forma, procurei integrar as suas vozes num discurso crítico sobre o património colonial, tentando contrariar a tendência atual de discutir a questão apenas a partir de um diálogo político entre Estados-nação. Ao contrário do entendimento do património e dos museus que existia nos anos 1980-90, em que estes eram vistos como um "processo"[7] que podia ser ativado e questionado pelos profissionais da área, o património cultural encontra-se hoje progressivamente mais encerrado no espaço institucional, onde está sujeito a estudos de proveniência e ao escrutínio político. Apesar disso, há uma abertura crescente no campo do património e da museologia a novos interlocutores, abordagens metodológicas e intersecções interdisciplinares; por exemplo, quando vemos comunidades da diáspora e artistas visuais contemporâneos a serem chamados a dialogar com coleções coloniais em museus europeus. Em Portugal, a diáspora africana cria diálogos no universo da arte contemporânea, não sendo a sua colaboração com museus etnográficos ainda muito frequente.

Optei pelo trabalho de campo em África como forma de questionamento inspirada na museologia participativa em voga nos anos 1980, com o objetivo de interrogar o papel dos museus e do património cultural na sociedade civil.[8] Nesta década, os efeitos da globalização levaram ao surgimento de novas práticas museológicas, fomentando debates relacionados com a negociação e a gestão comunitária em museus,

7 Raymond Silverman, *Museum as Process: Translating Local and Global Knowledges* (Londres: Routledge, 2014).

8 Ivan Karp e Steven Lavine, *Exhibiting Cultures: The Poetics and Politics of Museum Display* (Washington: Smithsonian Institution Press, 1991); Ivan Karp, Christine Mullen Kreamer e Steven Levine, *Museums and Communities: The Politics of Public Culture* (Washington: Smithsonian Institution Press, 1992); e Gustavo Buntix *et al.*, *Museum Frictions. Public Cultures, Global Transformations* (Durham e Londres: Duke University Press, 2006).

promovendo a criação de comunidades transnacionais e gerando movimentos de cooperação, colaboração e partilha que evidenciaram o poder do património cultural como agente de desenvolvimento sustentável e o museu como espaço de negociação.[9] Num contexto histórico em que a reparação e a restituição do legado colonial estão a ser debatidas internacionalmente, é essencial revisitar os princípios que nortearam a museologia e o património após a independência das colónias africanas, de forma a promover o seu empoderamento e a responsabilização das comunidades no sector cultural.

Em Portugal, o património africano tem sido abordado sobretudo na perspetiva da memória social[10] e podem ser identificados estudos de caso pontuais sobre coleções africanas em museus.[11] Em 2023, os antropólogos Nuno Domingos e Elsa Peralta exploraram o legado do império português no Portugal atual, situando-o no contexto mais amplo dos legados coloniais europeus. São os autores do primeiro livro, escrito em inglês, até à data sobre este tema, que coloca Portugal no contexto internacional.[12] Esta investigação procura fazer algo semelhante, na medida em que explora um lugar à margem, empurrando-o para o centro. Fá-lo de duas formas: reconhecendo as consequências do posicionamento político, económico e sociocultural de Portugal face à Europa e encontrando uma realidade de escala semelhante ao comparar a Guiné-Bissau na sua relação com o resto da África Ocidental. Este confronto

9 Viv Golding e Wayne Modest, *Museums and Communities: Curators, Collections, Collaboration* (Londres: Bloomsbury, 2013); Silverman, *Museum as Process*; e Basu e Modest, *Museums, Heritage and International Development*.

10 Isabel Castro Henriques, *A herança africana em Portugal* (Lisboa: Clube do Coleccionador dos Correios, 2009); Nuno Domingos e Elsa Peralta, *Cidade e império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais* (Lisboa: Edições 70, 2013); e Pedro Pereira Leite, "Memórias esbranquiçadas: as heranças africanas nos museus de Portugal", em *Dialogos interdisciplinares: literaturas e políticas culturais*, ed. Geraldo Pontes Jr., Maurício Barros de Castro e Myrian Sepúlveda dos Santos (Rio de Janeiro: UERJ, 2014), 253-271.

11 Manuela Maria Cantinho Pereira, *O museu etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: modernidade, colonização e alteridade* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005); Ana Botas, "As máscaras bijagó do Museu Nacional de Etnologia. Questões em torno da informatização do inventário de coleções" (dissertação de mestrado, NOVA FCSH, 2013); Ana Rita Amaral, *Antropologias espiritanas. Colecções coloniais de Angola da Congregação do Espírito Santo* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2025).

12 Nuno Domingos e Elsa Peralta, *Legacies of the Portuguese Colonial Empire: Nationalism Citizenship and Popular Culture* (Londres: Bloomsbury Academic, 2023).

confere à relação entre os dois países (Portugal e a Guiné-Bissau) um lugar de excepcionalidade explorado em diferentes momentos e através da evocação de várias subjetividades.

Ainda no contexto português, e também em 2023, o antropólogo João de Pina-Cabral lançou um livro em que explorou o conceito de "transcolonialidade", associando-o, nas suas palavras, a "espaços onde se cruzam impérios e hegemonias e onde se movem pessoas e grupos dentro do capitalismo global".[13] O mesmo autor define ainda o conceito de "lusotopia" como "uma espacialidade transcolonial que a mobilidade dos portugueses está a promover [e que] acaba por ultrapassar as fronteiras do império, os 'Estados' que os portugueses criaram ao longo dos últimos cinco séculos em todo o mundo".[14] Ambos os conceitos se enquadram no estudo realizado, que visa estudar os trânsitos efetuados por pessoas e objetos em diferentes temporalidades e os efeitos socioculturais daí resultantes.

As coleções coloniais da Guiné-Bissau nos museus portugueses

Esta investigação partiu da vontade de mapear e estudar as coleções coloniais provenientes da Guiné-Bissau (antiga Guiné Portuguesa) que estão em museus de Portugal. Estas coleções, depois de recolhidas, não foram ainda devidamente estudadas, o que impede a construção de um argumento sustentado acerca da legitimidade da sua aquisição durante o período colonial. Somente um grande investimento no estudo das coleções coloniais, como o que está em curso noutros países europeus, permitirá um debate informado sobre a restituição do património cultural às antigas colónias portuguesas. Durante a minha investigação de doutoramento em Estudos do Património pude observar que, nos últimos anos, os principais museus etnográficos europeus têm concentrado os seus esforços em duas áreas principais: o estudo da proveniência e a digitalização das coleções coloniais, bem como a revisão do discurso expositivo colonial. Esta revisão tem ocorrido de duas maneiras distintas: por um lado, promovendo a colaboração e a integração de obras de arte

13 João de Pina-Cabral, *Transcolonial* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2023), 14.
14 Pina-Cabral, *Transcolonial*, 15.

contemporânea africana; por outro, envolvendo a diáspora na criação de conteúdos para exposições temporárias sobre a contemporaneidade africana.

A comparação com o cenário internacional permite-me concluir que, em Portugal, apenas através da inclusão ativa das comunidades por diferentes vias e de um estudo aprofundado da proveniência das coleções coloniais será possível assegurar o acesso público e responsável a acervos museológicos que permanecem amplamente desconhecidos e subvalorizados no contexto nacional. Encontram-se já alguns projetos em curso, nomeadamente, e a título de exemplo, no âmbito do Laboratório Associado In2Past que reúne parcerias entre diferentes áreas de estudo e instituições.

Em Portugal, depois da revolução democrática de 1974 e com a independência das colónias e a consequente dissolução dos organismos de gestão colonial, o património documental e artefactual colonial ficou disperso por diferentes instituições portuguesas. A primeira presença portuguesa encontrada na costa norte da Guiné-Bissau data de 1446. Porém, só em 1920, com o início das campanhas de pacificação, o governo português acaba a dominar politicamente o território até 1974, ano da independência da Guiné-Bissau.[15] Durante este período, que compreendeu várias fases, muitos foram os objetos transacionados entre a antiga colónia e Portugal e mantidos durante anos no obscurantismo das reservas dos museus portugueses.

Para este estudo selecionei as coleções do Museu Nacional de Etnologia (foco principal do estudo), da Sociedade de Geografia de Lisboa, e das coleções dos museus universitários de ciência do Porto, Lisboa e Coimbra. Embora todas elas sejam coleções que podemos entender como sendo de cariz etnográfico, foram recolhidas com diferentes propósitos e apresentam cronologias, contextos de recolha e, consequentemente, tipologias de objetos muito distintas.

O Museu Nacional de Etnologia (antigo Museu de Etnologia do Ultramar) é um projeto colonial público criado em 1965 para receber o

15 Catarina Laranjeiro, *Dos sonhos e das imagens: a guerra de libertação na Guiné-Bissau* (Lisboa: Outro Modo, 2021).

património cultural que estava sob a alçada do Ministério do Ultramar (1951-1974). As primeiras peças da Guiné-Bissau encontradas neste museu datam, assim, do início da década de 1960 e foram recolhidas por administradores coloniais e por um colecionador de arte e viajante, Victor Bandeira (1931-2024), que se torna colaborador informal da instituição a partir da sua criação, realizando várias expedições a África, Ásia e América do Sul.[16] À época, o critério estético desempenhava um papel central na seleção das peças, o que pode ser atribuído à ausência de uma escola consolidada de pensamento etnográfico em Portugal naquele período. Paralelamente, verificava-se um crescente interesse e valorização da arte africana a nível global, refletindo-se isso mesmo nas coleções dos principais museus ocidentais, que começavam a incorporar essas obras com destaque.

A Sociedade de Geografia de Lisboa é um organismo privado que integra um museu desde a sua fundação. Dos objetos da Guiné-Bissau cuja datação é em grande medida desconhecida, destaca-se um conjunto de peças cuja cronologia aponta para a década de 1920, tendo sido adquirido no contexto das grandes exposições internacionais em que era exposta a cultura material dos territórios ocupados por forças coloniais. As coleções universitárias têm duas naturezas distintas: Lisboa apresenta uma coleção que foi transferida do Porto nos anos 1990 e que resulta de uma missão antropológica e etnográfica à Guiné coordenada pelo professor Mendes Correia (1888-1960) entre 1946 e 1947.[17] Mendes Correia foi o fundador da cadeira de Antropologia Biológica no meio académico da cidade. Com os objetivos da missão norteados essencialmente pelos estudos antropométricos, a cultura material vai sendo feita sem critérios de seleção e de forma marginal. Curiosamente, é de notar que são os alunos de Mendes Correia que, anos mais tarde, vêm a criar

16 Ana Temudo, "Victor Bandeira and the collections of the National Museum of Ethnology: notes from fieldwork", *MIDAS* 15 (2022), doi: https://doi.org/10.4000/midas.3512.

17 Mendes Correia foi uma figura central da investigação ultramarina nas décadas de 1930 e 1940. Destacou-se como responsável pela secção portuguesa da Exposição Colonial de Paris (1931) e pelo I Congresso Nacional de Antropologia Colonial, no Porto (1934). Foi presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais (1946) e da Sociedade de Geografia de Lisboa (1951-1958), além de diretor da Escola Superior Colonial, depois Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (1949-1958). Fundou a Academia Portuguesa de História (1936) e integrou o Conselho Ultramarino.

a comissão organizadora que dá origem ao Museu de Etnologia do Ultramar. As coleções dos museus de História Natural e Ciência do Porto e de Coimbra são caracterizadas essencialmente por incorporações feitas a partir de compras e doações feitas por particulares às instituições. No total, a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) tem atualmente 21 peças registadas em inventário; o Museu Nacional de Etnologia (MNE) tem 2119 peças em inventário; e os museus universitários do Porto, Lisboa e Coimbra têm 104, 93 e 215 peças respetivamente.[18]

Nesta primeira fase da investigação e depois de recolher a história das instituições museológicas e respetivas coleções elegeu-se o Museu Nacional de Etnologia e a sua coleção como estudo de caso principal. Esta escolha deve-se ao facto de esta instituição ter uma relação direta com o Museu da Guiné Portuguesa (localizado na cidade de Bissau, fundado em 1947, durante o período colonial, e ativo até 1974) e com o Museu Etnográfico Nacional da Guiné-Bissau (fundado no período pós-independência, em 1988, ativo até 1998 e depois reaberto por breves períodos desde os anos 2000). Interessou-me perceber o trânsito de objetos e pessoas que ocorriam entre Portugal e a antiga colónia, assim como os discursos patrimoniais associados à Guiné-Bissau nos dois territórios. É possível perceber que, embora com um deserto a distanciá-los, nesta época os dois países eram um só e administrativamente partilhavam documentação, pessoas e objetos que era importante estudar de forma integrada. Para colmatar lacunas encontradas na história destas instituições e respetivas coleções foram contactados vários diretores, conservadores e agentes culturais portugueses com quem foram realizadas entrevistas semiestruturadas.

O lugar da etnografia nos Estudos de Património

A pesquisa etnográfica teve um papel essencial nesta investigação. Após a primeira fase de recolha em arquivo, ainda em território português,

18 O Museu da Ciência de Coimbra possui 160 objetos datados do fim do século XIX/início do século XX e 30 peças adquiridas depois de 1976. O Museu da Ciência gere uma coleção de 215 objetos da Guiné-Bissau, 25 dos quais são depósitos de particulares. As peças estavam no Colégio de São Bento, tendo transitado em 2021/2022 para o atual edifício do Colégio de Jesus. O Museu da Ciência concentra-se atualmente no Colégio de Jesus e no Laboratório Chimico. Das três reservas que transitaram para o novo edifício, só a reserva visitável já foi tratada, tendo este trabalho sido começado em janeiro de 2023.

a diáspora foi convidada a visitar o Museu Nacional de Etnologia de Lisboa. Para encontrar a diáspora guineense, comecei por contactar o Alto-Comissariado para as Migrações, a fim de localizar as associações de emigrantes guineenses no país. Não obtive resposta aos emails enviados. Tentei também contactar ativistas políticos da diáspora guineense residentes em Lisboa, sem sucesso. Segui, por isso, a metodologia "bola de neve",[19] que me permitiu criar grupos de discussão a partir de alguns emigrantes guineenses que conhecia. Foram organizadas duas atividades com jovens estudantes da diáspora guineense a viver em Lisboa (a maioria dos quais com cerca de 30 anos). Foram também realizadas conversas individuais com cidadãos guineenses à porta dos museus, em Lisboa e no Porto. O objetivo foi explorar a ligação entre sujeitos e objetos, ambos numa condição de deslocação do seu contexto original, e compreender as perceções identitárias que derivam desta relação. Os resultados obtidos nesta primeira fase da investigação revelaram a importância atribuída pelos guineenses residentes em Portugal à representação da sua cultura no estrangeiro a partir dos objetos encontrados nos museus (que são vistos como embaixadores da cultura guineense), assim como a importância que dão àquele que defini como "património corporalizado" [*embodied heritage*] conceito cunhado por autores como Ruggles e Silverman.[20] Por património corporalizado entende-se aquele que, podendo ser material ou imaterial, é usado ou ativado pelo corpo, como a tecelagem, a música, a dança, a língua, o Carnaval e a gastronomia. Reconhecem a importância de existir um museu no seu país para conservar a sua cultura, ao mesmo tempo que reconhecem que o sector cultural não é uma prioridade para o governo guineense. Esta primeira aproximação comunitária permitiu que me apercebesse da importância que teria o desenvolvimento da investigação no país de origem, a Guiné-Bissau, para onde viajei regularmente nos anos que se seguiram para realizar trabalho de campo.

Em Portugal, no decurso da investigação, realizei várias entrevistas a funcionários de museus portugueses e, em outubro de 2022, tendo

19 Charlie Parker, Sam Scott e Alistair Geddes, "Snowball Sampling", *SAGE Research Methods Foundations* (2019), https://doi.org/10.4135/9781526421036831710.

20 D. Fairchild Ruggles e Helaine Silverman (eds.), *Intangible Heritage Embodied* (Dodrecht: Springer, 2009).

tomado conhecimento da existência de uma coleção da Guiné-Bissau recolhida em duplicado durante a década de 1980 e que se encontrava no British Museum, em Londres, realizei uma visita de investigação para estudar pessoalmente as peças que o arqueólogo Malcolm McLeod, então funcionário da instituição, tinha recolhido para o Museum of Mankind em 1988. Este estudo foi importante para problematizar o papel e o destino dos objetos duplicados nas coleções europeias atuais.

Após as pesquisas realizadas em Portugal e na Inglaterra, iniciei a pesquisa de campo na Guiné-Bissau, elegendo o contexto urbano para a recolha de dados. A primeira viagem de investigação teve lugar em janeiro de 2023. À chegada à Guiné-Bissau, comecei por propor uma sessão informal com estudantes de licenciatura da Universidade Lusófona, aos quais foi entregue um questionário e mostrado um conjunto de imagens das peças etnográficas que se encontram atualmente nos museus portugueses, recolhidas pelos portugueses durante a ocupação colonial. O encontro decorreu num ambiente informal, ao ar livre. À medida que o questionário foi sendo preenchido, vários temas foram sendo discutidos coletivamente, o que permitiu perceber que questões como o património cultural e a cultura são hoje valorizadas pelos jovens da Guiné-Bissau como uma forma de representação cultural do país no exterior e um meio de pertença à comunidade. Este primeiro encontro contou com a participação de 14 alunos.

Durante a mesma estadia, organizei também uma ação de formação para os técnicos dos museus do país, solicitada pela Secretaria de Estado da Cultura, em Bissau. Durante esta formação, foram apresentados e discutidos os conceitos básicos de museologia e património cultural, e foi distribuído o mesmo questionário. Realizaram-se discussões coletivas centradas em questões concretas da prática museológica como a conservação, o estudo das coleções, a necessidade de formação de pessoal técnico e a criação de infraestruturas sólidas para a devolução condigna do património cultural do país. Estiveram presentes 18 técnicos profissionais dos museus e do património da Guiné-Bissau. Foi também possível organizar um encontro em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento com um grupo de jovens ativistas guineenses, o Youth Sounding Board (YSB).

Neste encontro, foi apresentado o tema da investigação e realizou-se um debate. Participaram 14 estudantes. Foram também realizadas várias entrevistas semiestruturadas a agentes culturais, muitos dos quais estiveram envolvidos na criação do museu pós-colonial do país e têm um profundo conhecimento da história colonial do país. Através do seu testemunho, estes agentes culturais guineenses ajudaram a reconstruir a história destas instituições e a justificar o destino de muito do património cultural que acabou por ser destruído ou desapareceu após sucessivos momentos de instabilidade e conflito político. Contribuíram também para a valorização destes objetos na Guiné-Bissau de hoje.

Em maio do mesmo ano, regressei à Guiné-Bissau para participar num seminário/debate entre um grupo de investigadores portugueses e guineenses, intitulado *Violência, memória e patrimonialização possível, um debate a partir da Guiné-Bissau e do contexto pós-colonial lusófono*.[21] Na mesma viagem, realizei pesquisa documental nas instalações provisórias do Museu Etnográfico Nacional no Instituto Nacional do Cinema e Audiovisual (INCA) e no arquivo histórico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, onde recolhi documentação sobre o Museu da Guiné Portuguesa.

Finalmente, regressei à Guiné-Bissau em janeiro de 2025 para devolver os dados recolhidos e discuti-los com os inquiridos. Encontrei-me com um grupo de 32 estudantes na Universidade Amílcar Cabral. Esta sessão, tal como todas as outras sessões de grupo e entrevistas, foi registada em formato audiovisual. Teve a particularidade de ser gravada pelos próprios alunos que se voluntariaram espontaneamente. Os resultados foram discutidos e o questionário foi preenchido por alguns dos participantes. Voltei também a encontrar-me com o grupo de jovens do Youth Sounding Board (YSB). No total, ao longo da investigação, entrevistei e contactei 12 agentes culturais e museólogos portugueses, 60 estudantes guineenses na Guiné-Bissau e 10 da diáspora guineense em Portugal, além de 12 agentes culturais de relevo na Guiné-Bissau. Todos eles tinham idades compreendidas entre os 23 e os 70 anos.

21 Organizado pelo grupo de investigação In2Past nos dias 3 e 4 de maio em Bissau e Cacheu: https://in2past.org/ [acedido em 29.09.2024].

As ferramentas metodológicas da história oral são a base desta investigação por duas razões: a primeira é que quisemos basear esta investigação na cocriação de conhecimento através da partilha da autoria com cidadãos guineenses. A segunda é que a Guiné-Bissau se apresenta como um contexto em que as instituições de memória ainda não dispõem de meios e estabilidade suficientes para salvaguardar o seu património de forma sustentável.[22] Isto significa que a investigação institucional se deve basear na recolha de memórias individuais e coletivas de pessoas-chave envolvidas em determinados acontecimentos e momentos históricos fundamentais. Todos os encontros e testemunhos que tiveram lugar na Guiné-Bissau durante a investigação (2023 e 2024) foram gravados com o consentimento dos entrevistados e participantes nas atividades.

A investigação *in loco* na Guiné-Bissau

Na Guiné-Bissau, dada a precariedade vivida na garantia até das necessidades básicas de sobrevivência, a cultura não se consegue impor como uma prioridade na agenda política e os museus vivem de financiamentos pontuais atribuídos por organizações internacionais. Os modelos de gestão do património mantêm-se intactos desde o período colonial, numa realidade socioeconómica fortemente empobrecida, onde as exigências do quotidiano não permitem espaço para a reinvenção da sociedade. A reinvenção passa, na perspetiva de Amílcar Cabral – considerado o herói do povo guineense –, pela defesa da identidade e da cultura nacionais, a par de uma "assimilação crítica" da cultura do outro e não da sua negação.[23] Os vestígios materiais mais visíveis do período colonial existem no espaço público, foram apropriados e fazem parte do imaginário coletivo dos guineenses. São disputados pelos cidadãos que se dividem em opiniões diversas. Enquanto uns defendem

22 É de salientar que o paradigma museológico e patrimonial na Guiné-Bissau permanece o mesmo desde o período colonial, apesar da existência de vários projetos depois da independência de desconstrução desta matriz epistemológica (sobretudo durante a década de 1980).

23 Amílcar Cabral, "Os objectivos da resistência cultural", em *Malhas que os impérios tecem. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*, ed. Manuela Ribeiro Sanches (Lisboa: Edições 70, 2011); e Carlos Comitini, *A arma da teoria* (Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1980).

a permanência dos monumentos coloniais como "recursos" e "lugares de memória",[24] outros desprezam-nos, querendo vê-los substituídos por figuras heróicas da independência. O ato de colecionar e de construir instituições de exposição e conservação do património contradiz a organicidade da cultura guineense, reproduzindo os modelos doutrinários do colonialismo. Como lembram Abungu e Ndoro,[25] o modelo centralizado de gestão do património, herdado do período colonial e ainda dominante, entra em tensão com a realidade africana, onde comunidades rurais e urbanas reivindicam o reconhecimento e a valorização do seu património pelas instituições estatais.

O trabalho de pesquisa na Guiné-Bissau envolveu, numa primeira fase, a recolha documental e artefactual em diferentes instituições de memória e de um conjunto muito vasto de testemunhos orais que cumpriram duas funções distintas: por um lado, como já referido, serviram de conectores para a reconstrução do passado histórico das instituições do país; por outro, constituíram um *corpus* de opinião a propósito do estado da cultura e do património no país e da restituição do património aos países de origem. Desde 2021, o museu está de novo num limbo, depois de ter sido novamente despejado do edifício que ocupava na Praça dos Heróis Nacionais, no centro da cidade. Contudo, e apesar da desordem encontrada, com o seu património etnográfico armazenado temporariamente no Instituto Nacional do Cinema e Audiovisual, foi possível localizar ainda um conjunto de objetos assim como as fichas de inventário de registo manual que descrevem os objetos que outrora pertenceram a esta instituição e sobre os quais hoje pouco se sabe e quase nada resta. Além disso, foi localizado o livro de registo que comprova a existência, em 1985 (aquando da criação da comissão que deu origem ao museu), de um conjunto de peças que transitaram da instituição colonial, o Museu da Guiné Portuguesa, para o Museu Etnográfico Nacional. De entre as tipologias de peças mais valorizadas neste período

24 Pierre Nora, "Between Memory and History: Les Lieux de Memoire", *Representations* 26 (1989): 7-24, doi: 10.2307/2928520.

25 George Okello Abungu e Webber Ndoro, "Introduction: The Heritage of the Colonised", em *Cultural Heritage Management in Africa. The Heritage of the Colonized*, ed. George Okello Abungu e Webber Ndoro (Londres: Routledge, 2022), 1-10.

e que resistiram à passagem do tempo encontramos os panos, um bem material ainda hoje muito presente na vida social guineense. À imagem do que aconteceu em Portugal, também a história dos museus colonial e pós-colonial na Guiné-Bissau foi reescrita a partir de testemunhos orais, verificada a dificuldade de encontrar documentação arquivística que permitisse a reconstrução narrativa. É importante notar que, mesmo depois da independência, a Guiné-Bissau passou por vários momentos de conflito, como foi o caso da guerra civil de 1998 que destruiu a maior parte do património existente no Museu Etnográfico Nacional e nos arquivos nacionais localizados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), dois edifícios anexos que formavam um complexo cultural no Bairro da Ajuda, em Bissau. A pesquisa nos arquivos nacionais do INEP permitiu localizar informação referente à história do Museu da Guiné Portuguesa. Essa informação foi complementada em Portugal com documentação encontrada no Arquivo Histórico Ultramarino ou no website da Fundação Mário Soares e Maria Barroso, que financiou a recuperação e acessibilidade online deste fundo documental depois da guerra. A Guiné-Bissau esteve sob o domínio colonial até 1974, quando Portugal reconheceu finalmente a independência da colónia, apesar de esta ter sido declarada unilateralmente pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) em 1973 e de o exército português ter sido derrotado. Entre o período colonial e a independência, muitos objetos foram deslocados. Hoje, encontramos mais peças da Guiné-Bissau em museus portugueses do que no próprio país. Desta conclusão surgiu a necessidade de reconstruir a trajetória da história destas instituições e coleções.

Resultados da investigação

Os primórdios das instituições etnográficas em Portugal assentaram no conhecimento empírico e no interesse amador, num contexto de escassez de estudos antropológicos. Com a aposta na recolha de objetos do Ultramar, o atual Museu Nacional de Etnologia adotou uma perspetiva universalista, evoluindo de descrições formais para análises funcionais das coleções com o apoio de monografias estrangeiras. A coleção da

Guiné-Bissau adquirida por Victor Bandeira exemplifica práticas que, segundo o próprio, aconteceram com o consentimento das comunidades locais e foram adquiridas pelo valor estético atribuído aos objetos pelo colecionador. A escolha da dimensão estética é evidenciada pela preferência dada à aquisição de objetos das etnias Bijagó e Nalu em detrimento de outros grupos culturais, como tem acontecido em todos os museus ocidentais desde o início do século XX e em estreita relação com os movimentos de arte moderna europeus. Alguns profissionais de museus portugueses que referiram Bandeira destacam a existência de controvérsias em torno da legitimidade dessas aquisições no contexto do debate sobre a restituição de bens culturais ao seu contexto de origem.

A perceção da diáspora guineense sobre os objetos da coleção do MNE foi muito importante na primeira fase deste estudo. Durante esta investigação, à exceção das entrevistas com profissionais do museu (com o objetivo de reconstituir lacunas históricas), foi privilegiado o contacto com jovens guineenses no país e em Portugal. Da comparação dos resultados obtidos, concluí que, independentemente do contexto sociocultural em que vivem, a perceção dos jovens guineenses é semelhante: valorizam o que defini como património corporalizado (*embodied heritage*, em inglês), ou seja, património cultural *utilizado no* ou *ativado pelo* corpo; utilizam a internet para se manterem atualizados sobre as tendências internacionais; e entendem a cultura como um fenómeno global fluido sujeito a influências de todo o mundo. Valorizam a tradição, mas reconhecem a necessidade de estarem abertos à mudança. Neste sentido, são afro-futuristas.[26] Imaginam novos futuros e não se conformam com uma ideia de África como um lugar tradicional onde a cultura se cristalizou em imagens de danças e rituais.

Quando falei com um segurança do MNE, também ele jovem, disse-me que raramente vê grupos de guineenses ou africanos a visitar

26 O afrofuturismo é um movimento cultural que combina ficção científica, tecnologia e elementos das culturas africana e diaspórica para imaginar futuros alternativos e ressignificar o passado. Explora temas como a ancestralidade, a identidade negra e a emancipação em várias formas de arte, como a literatura, a música e o cinema. Destaca-se por projetar narrativas que desafiam as perspetivas eurocêntricas, ver Grace Gipson, "Creating and Imagining Black Futures through Afrofuturism", em Abigail de Kosnik e Keith P. Feldman (eds.), *#identity* (Ann Arbor: University of Michigan Press, 2019), 84-103.

o Museu. Quando o fazem, são geralmente membros das elites sociais e políticas, muitas vezes nascidos na Europa, que visitam a instituição no âmbito de um evento e são frequentemente acompanhados pelo diretor ou pelo conservador da instituição. Durante estas sessões com jovens no MNE, percebi que as narrativas construídas no Ocidente sobre os objetos culturais guineenses, como o *bombolom* (tambor comunitário), nem sempre correspondem ao significado que lhes é atribuído no contexto de uso, algo que confirmei ao observar o instrumento nas aldeias da Guiné-Bissau. Apesar de o MNE possuir mais de 2000 peças provenientes da Guiné-Bissau, muitos dos participantes na minha investigação, estudantes e trabalhadores, não tiveram a oportunidade de entrar em contacto direto com os objetos. Nos encontros que organizei, tanto dentro como fora do Museu Nacional de Etnologia, os temas do multiculturalismo e da globalização surgiram em contraste com os debates sobre a importância da tradição. A manutenção da tradição foi destacada como condição essencial para a existência e valorização do património cultural e como pilar da identidade étnica e nacional.

Ao reconstruir a história do Museu Etnográfico da Guiné-Bissau, considerando a sua trajetória antes e depois da independência, com base na documentação de arquivo e nos testemunhos recolhidos, reconheço um tom de desânimo nas vozes dos entrevistados ao narrarem histórias marcadas pelo abandono, pela perda, pelo conflito e pela destruição. No entanto, como referi anteriormente, a resiliência dos profissionais da cultura do país é notável: apesar de enfrentarem repetidos ataques às suas realizações, nunca desistiram, acreditando na cultura como um pilar fundamental da sociedade. Lembro-me de pensar que não poder sonhar é uma forma de violência. Num país onde muitos cidadãos têm apenas uma refeição por dia, a saúde e a educação não estão garantidas e a cultura não pode ser uma prioridade.

A transição do período colonial para a independência da Guiné-Bissau foi marcada pela ambiguidade. Por um lado, perpetuaram-se modelos epistemológicos resultantes da aculturação imposta pela presença portuguesa no território. Por outro, as estátuas e monumentos no espaço público foram retiradas ou destruídas. Depois da independência,

ouvimos muitas vezes, como me foi dito: "Nós não queremos nada dos portugueses" (Albano Mendes, entrevista a 25.01.2024). No entanto, atualmente, encontra-se uma certa nostalgia na voz de alguns cidadãos guineenses que viveram esse momento de mudança histórica. Este cenário mostra que a relação com a história, o património e a identidade cultural não é fixa, mas exige uma construção ou reconstrução aberta a múltiplas leituras e temporalidades.

Em geral, os guineenses aceitam a perda como um espaço com potencial para ser restaurado e recriar a realidade. Habituaram-se a viver com os fragmentos, a ruína e a ausência. Este facto determinou a sua resiliência e a sua resistência à adversidade. Pode também tê-los feito reconsiderar o valor que atribuíam aos objetos, desvalorizando a sua dimensão material em detrimento da espiritual. As instituições culturais na Guiné-Bissau são como fénixes. Têm uma capacidade natural de regeneração: morrem e renascem. Isto deve-se muitas vezes ao apoio de instituições internacionais que se instalam no território por temporadas, acompanhando e apoiando as comunidades no desenvolvimento de projetos culturais. Juntamente com a instabilidade política e económica vivida no país, esta dependência económica, uma forma de neocolonialismo que se tornou sistémica desde a independência, também contribui para a efemeridade dos projetos culturais implementados, que muitas vezes seguem modelos adaptados do Ocidente e não respondem às necessidades locais.

Se o Museu Nacional tem tido várias "vidas", os museus locais também sobrevivem com recursos quase inexistentes. Os arquivos acumulam documentos em caixas de cartão, os objetos partidos e empoeirados amontoam-se nos museus e as estátuas sobrevivem ao tempo despedaçadas e marcadas pelas cicatrizes do passado. Neste país, os cidadãos aceitam com pesar a perda de instituições, rituais, objetos e estátuas, enquanto veem a perda como um lugar de revalorização e de procura de novos modelos e formas de produzir e divulgar a cultura guineense contemporânea. A recriação tem lugar nesta charneira onde a cultura nacional e local se mistura com referências internacionais, fruto de influências estrangeiras.

Ao longo desta investigação surgiu também a questão do valor atribuído aos objetos culturais pelas diferentes gerações: enquanto os mais velhos ainda se lembram das máscaras rituais relacionadas com os cultos animistas e a tradição, os mais novos já valorizam a cultura e os objetos vindos do exterior, que associam ao desenvolvimento. Além disso, durante o trabalho de campo, testemunhei a forma como diferentes perspetivas culturais moldam a relação com os objetos rituais no país. Na cidade, apercebi-me do valor atribuído às máscaras rituais enquanto objetos novos, associado à durabilidade e à segurança. Além disso, num contexto urbano, a venda de objetos rituais ou de culto é aceite com o consenso da comunidade e através de uma cerimónia, conhecida no meio urbano como "cerimónia de entronização". Por outro lado, no interior, como é o caso da região de Nalu, os objetos sagrados, uma vez imbuídos de espírito, não podem sair da *baloba* [local de culto] a que pertencem sob pena de maldição, e o conceito de "malgoçar" liga o espírito à peça de forma permanente. Estas diferenças mostram como o património cultural guineense tem significados diferentes dentro do mesmo país, pondo em evidência os desafios das políticas de restituição ocidentais, que muitas vezes ignoram a complexidade cultural e os diferentes valores atribuídos aos objetos dentro de uma mesma "comunidade de origem".

A exceção é a cultura imaterial, considerada mais consensual por toda a sociedade guineense e que valoriza a música, a dança, o teatro, o cinema e a língua como formas de património guineense que podem e devem ser facilmente transportadas e exibidas fora da Guiné-Bissau. A par destas formas de património, a tecelagem sempre foi vista como uma das manifestações culturais mais importantes do país, uma vez que é facilmente transportada e exibida noutros contextos, comprada e oferecida a cidadãos estrangeiros que visitam o país, e utilizada em cerimónias importantes da sociedade, como casamentos, nascimentos, funerais e, mais recentemente, até em cerimónias de atribuição de diplomas do ensino superior, em sinal de respeito pela pessoa homenageada. Talvez por reconhecerem a falência das instituições e do próprio Estado enquanto regulador da sociedade civil, é na tradição, na sua

reinvenção e numa certa espontaneidade vivida em relação às artes, que assenta a cultura guineense contemporânea. A arte e a cultura são vividas no presente e são frequentemente efémeras. O valor da arte e do que se entende por objeto "etnográfico" é diferente na Guiné-Bissau. O património é ativado pelo uso e morre quando é deixado ao abandono, sem ser visto ou ativado. O património musealizado é visto como um meio de manter a visibilidade a nível internacional, como um valor turístico que pode contribuir para melhorar a economia do país. Não reflete necessariamente a identidade e a cultura guineense, que se espelha mais genuinamente no património imaterial, em expressões como a língua, a música, a dança e o Carnaval, que são vividos coletivamente.

Para que o seu património seja devolvido à Guiné-Bissau, todos os guineenses que participaram neste estudo colocam um conjunto de condições, salientando a importância que atribuem ao facto de um vasto conjunto de objetos que fazem parte da sua cultura ainda estarem presentes em museus ocidentais como forma de os representar no exterior, tornando a Guiné-Bissau visível para o resto do mundo. Para que este património regresse ao país, os guineenses admitem que primeiro tem de haver uma valorização por parte do poder político, que permita a criação de parcerias internacionais que possibilitem a formação de profissionais da área e a criação de condições infraestruturais. Se estas condições não existirem, a maioria dos inquiridos reconhece que seria melhor que os objetos permanecessem nos museus europeus, pois se regressassem às condições atuais da Guiné-Bissau degradar-se-iam e acabariam por desaparecer.

Bibliografia

Abungu, George Okello e Webber Ndoro. "Introduction: The Heritage of the Colonised". Em *Cultural Heritage Management in Africa. The Heritage of the Colonized*, editado por George Okello Abungu e Webber Ndoro, 1-10. Londres: Routledge, 2022.

Amaral, Ana Rita. A*ntropologias espiritanas. Colecções coloniais de Angola da Congregação do Espírito Santo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2025.

Basu, Paul. "Palimpsest Memoryscapes: Materializing and Mediating War and Peace in Sierra Leone". Em *Reclaiming Heritage: Alternative Imaginaries of Memory in West Africa*, editado por Ferdinand de Jong e Michael Rowlands. Walnut Creek, 231-259: Left Coast Press, 2007.

Basu, Paul, e Wayne Modest. *Museums, Heritage and International Development*. Nova Iorque: Routledge, 2015.

Botas, Ana. "As máscaras Bigajó do Museu Nacional de Etnologia. Questões em torno da informatização do inventário de coleções». Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2013.

Bruncevic, Merina. *Regulating Transnational Heritage: Memory, Identity and Diversity* (Nova Iorque: Routledge, 2022).

Buntinx, Gustavo, Ciraj Rassool, Corinne Kratz, Lynn Szwaja, Tomas Ybarra-Frausto, Barbara Kirshenblatt-Gimblett e Ivan Karp. *Museum Frictions. Public Cultures, Global Transformations*. Durham e Londres: Duke University Press, 2006.

Cabral, Amílcar. "Os objectivos da resistência cultural." Em *Malhas que os impérios tecem. Textos anticoloniais, contextos póscoloniais*, editado por Manuela Ribeiro Sanches. Lisboa: Edições 70, 2011.

Comitini, Carlos. *A arma da teoria*. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1980.

Davies, Charlotte Aull. *Reflexive Ethnography: A Guide to Researching Selves and Others*. Londres: Routledge, 2007.

Domingos, Nuno, e Elsa Peralta, org. *Cidade e império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2013.

Domingos, Nuno, e Elsa Peralta, ed.. *Legacies of the Portuguese Colonial Empire: Nationalism, Citizenship and Popular Culture*. Londres: Bloomsbury Academic, 2023.

Fairchild, D. e Helaine Silverman, eds. *Intangible Heritage Embodied*. Dodrecht: Springer, 2009.

Gipson, Grace. "Creating and Imagining Black Futures through Afrofuturism." Em *#identity*, editado por Abigail de Kosnik and Keith P. Feldman, 84-103. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2019.

Golding, Viv, e Wayne Modest. *Museums and Communities: Curators, Collections, Collaboration*. Londres: Bloomsbury, 2013.

Henriques, Isabel Castro. *A herança africana em Portugal*. Lisboa: Clube do Coleccionador dos Correios, 2009.

Karp, Ivan, e Steven Lavine. *Exhibiting Cultures: The Poetics and Politics of Museum Display*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1991.

Karp, Ivan, Christine Mullen Kreamer, e Steven Levine. *Museums and Communities: The Politics of Public Culture*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1992.

Laranjeiro, Catarina. *Dos sonhos e das imagens. A guerra de libertação na Guiné-Bissau*. Lisboa: Outro Modo, 2021.

Leite, Pedro Pereira. "Memórias esbranquiçadas: as heranças africanas nos museus de Portugal". Em *Diálogos interdisciplinares: literaturas e políticas culturais*, editado por Geraldo Pontes Jr., Maurício Barros de Castro e Myrian Sepúlveda dos Santos, 253-271. Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

Macdonald, Sharon, Henrietta Lidchi, e Margareta Oswald. "Special Section: Engaging Anthropological Legacies. Introduction: Engaging Anthropological Legacies towards Cosmo-optimistic Futures?", *Museum Worlds* 13, n.º 1 (2017): 95-107. https://doi.org/10.3167/armw.2017.050110.

Nora, Pierre. "Between Memory and History: Les Lieux de Memoire." *Representations* 26 (1989): 7-24. doi: 10.2307/2928520.

Parker, Charlie, Sam Scott, e Alistair Geddes. "Snowball Sampling". *SAGE Research Methods Foundations* (2019). https://doi.org/10.4135/9781526421036831710.

Pereira, Maria Manuela Cantinho. *O museu etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: modernidade, colonização e alteridade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

Pina-Cabral, João de. *Transcolonial*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2023. Ruggles,

Sarr, Felwine e Bénédicte Savoy. "The Restitution of African Cultural Heritage. Towards a New Relational Ethics». Paris: Ministère de la Culture, 2018

Silverman, Raymond. *Museum as Process: Translating Local and Global Knowledges*. Londres: Routledge, 2014.

Temudo, Ana. "Victor Bandeira and the collections of the National Museum of Ethnology: notes from fieldwork." *MIDAS* 15 (2022). doi: https://doi.org/10.4000/midas.3512.

Referência para citação:
Temudo, Ana (2025). "O poder da voz: para uma etnografia de reparação do passado colonial guineense". *Práticas Da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, (21), 145-169. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n21.39912